



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
(CONSEPE) N.º 14/2013

Dispõe sobre as normas para o Programa de Monitoria Indígena (PIMI) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão ordinária no dia 28 de agosto de 2013, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as normas para o Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, conforme anexo.

Art. 2º Fica revogada a Resolução n.º 09/2012 do Consepe de demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas - TO, 28 de agosto de 2013.

Prof. Márcio da Silveira

Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Anexo à Resolução n.º 14/2013 do Consepe.

**NORMAS PARA O PROGRAMA DE MONITORIA INDÍGENA (PIMI) NO ÂMBITO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Art. 1º O Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI) tem como objetivo facilitar a inclusão dos alunos indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo, dessa forma, para a sua permanência e sucesso acadêmico.

§1º. A função do monitor remunerado ou voluntário será exercida por estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e classificados em processo seletivo realizado no Colegiado de Curso.

§2º. O monitor exercerá suas atividades sob a orientação de professor(es) preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, referendado(s) pelo Colegiado de Curso.

§3º. O monitor desempenhará suas funções em regime de 20 (vinte) horas semanais.

§4º. Ao monitor remunerado será concedida uma bolsa mensal.

§5º. As atividades do monitor não poderão coincidir com suas obrigações acadêmicas, em função das disciplinas em que estiver matriculado.

Art. 2º O Colegiado de Curso ficará responsável pela aprovação da Proposta de Acompanhamento Acadêmico em consonância com o número de alunos indígenas matriculados no respectivo curso e a encaminhará à Diretoria de Programas Especiais em Educação – DPEE da Pró-Reitoria de Graduação – Prograd.

§1º. A Proposta de Acompanhamento Acadêmico do curso deverá apresentar as seguintes informações:

I - justificativa;

II - número de estudantes indígenas matriculados e seus respectivos cursos;

III - proposta de atividades a serem desenvolvidas pelos monitores; e

IV - cronograma de trabalho de acordo com a carga horária definida no Art. 1º, §3º deste documento.

Art. 3º São atribuições do aluno monitor:

I - constituir elo entre professores e alunos, visando ao desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessárias para o sucesso da permanência acadêmica dos alunos

indígenas;

II - identificar, em conjunto com o professor-orientador, as dificuldades enfrentadas pelos alunos indígenas sob sua responsabilidade;

III - discutir com o professor-orientador as dificuldades dos alunos e definir metodologias e formas de abordagem e ações prioritárias; e

IV - estabelecer estratégias e ações didático-pedagógicas para esclarecimento das dúvidas sobre os conteúdos das disciplinas, observando os seguintes aspectos:

a) atualização dos conhecimentos básicos, próprios da Educação Básica, e que não foram plenamente assimilados pelos alunos indígenas;

b) discussão sobre os conteúdos abordados nas disciplinas em que o aluno está matriculado e priorização das ações;

c) auxílio na realização de trabalhos teórico-práticos e experimentais extra-classe;

d) contribuição para a melhoria da capacidade de leitura e interpretação dos textos;

e) promoção do desenvolvimento das habilidades de redação de textos técnico-científicos; e

f) outras atividades a serem definidas, de acordo com as especificidades de cada aluno que contribuam para a sua inserção acadêmica.

V - incentivar e envolver o aluno indígena a participar das atividades acadêmicas que propiciem seu aprofundamento científico-cultural;

VI - incentivar a participação dos alunos indígenas nas Semanas Acadêmicas dos cursos;

VII - orientar a elaboração de trabalhos a serem apresentados em eventos científicos;

VIII - incentivar a participação dos alunos em atividades culturais no campus, na Universidade e na sociedade em geral; e

IX - outras atividades a serem especificadas na Proposta de Acompanhamento Acadêmico.

Parágrafo único. É vedado ao aluno monitor:

I - exercer funções de caráter eminentemente da rotina administrativa da Universidade;

II - exercer funções de servidores técnico-administrativos; e

III - substituir o professor na ministração de aulas.

Art. 4º São obrigações do aluno monitor:

I - exercer suas atividades conforme plano de orientação elaborado;

II - cumprir 20 (vinte) horas semanais de atividades de monitoria, conforme horários preestabelecidos e divulgados em mural público;

III - apresentar descrição das atividades e frequência mensal ao professor-orientador; e

IV - encaminhar ao professor orientador o relatório final das atividades ao término do semestre.

Art. 5º São atribuições do Professor Orientador:

I - orientar o monitor nas atividades constantes do Art. 3º deste documento;

II - acompanhar as atividades do monitor, orientando suas ações e proposições;

III - incentivar e envolver o monitor a participar de atividades acadêmicas que propiciem seu aprofundamento científico-cultural;

IV - elaborar o Plano de Orientação, em conjunto com o monitor, o qual deverá conter pelo menos os seguintes itens: definição das atribuições, objetivos a serem alcançados, ações a serem desenvolvidas, cronograma de acompanhamento, metodologias a serem utilizadas e formas de avaliação dos trabalhos do monitor;

V - encaminhar à DPEE/Prograd, por meio do sistema de monitoria na intranet, o Plano de Orientação de Monitoria Indígena após a divulgação do resultado da seleção;

VI - homologar e encaminhar a frequência mensal do monitor à DPEE/Prograd, por meio do sistema de monitoria, até o dia 25 de cada mês;

VII - avaliar o desempenho do monitor, em conformidade com o Plano de Orientação; e

VIII - encaminhar o relatório final de atividades à Coordenação do Curso até 20 dias após o término do semestre letivo para homologação e posterior envio à DPEE/Prograd.

Art. 6º São atribuições da Coordenação de Curso:

I - nomear o(s) professor(es), escolhido(s) em Colegiado, que será(ao) responsável(is) pela elaboração, execução, acompanhamento e avaliação da Proposta de Acompanhamento Acadêmico do curso;

II - aprovar, em Colegiado, a Proposta de Acompanhamento Acadêmico e encaminhar à DPEE/Prograd;

III - respeitar a distribuição de monitores de acordo com o Art. 24 desta Resolução; e

IV - homologar o Relatório Final de Atividades dos monitores até 20 dias após o término do semestre letivo.

Art. 7º A Coordenação do Programa de Monitoria Indígena ficará a cargo da Diretoria de Programas Especiais em Educação da Prograd.

Art. 8º Caberá à Diretoria de Programas Especiais em Educação:

I - elaborar e divulgar o edital de seleção dos monitores, a partir das Propostas de Acompanhamento Acadêmico encaminhadas pelas Coordenações de Curso;

II - preparar folha de pagamento da monitoria, a partir da frequência mensal do aluno monitor ratificada pelo professor orientador;

III - organizar e manter o cadastro geral de monitores;

IV - organizar e manter o arquivo administrativo do programa de monitoria;

V - autorizar a expedição do certificado de monitoria para os alunos monitores;

VI - emitir um Relatório Final relativo aos resultados das atividades de Monitoria;

VII - orientar e esclarecer os alunos monitores sobre questões relativas ao programa de monitoria; e

VIII - autorizar a expedição da declaração de orientação de monitoria para os professores orientadores.

Art. 9º A seleção de monitores será realizada semestralmente, em prazo previsto no Edital do PIMI.

§ 1º. A divulgação do processo seletivo será feita pela DPEE/Prograd por meio de Edital afixado em local apropriado e divulgado por meio eletrônico, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes do início do processo seletivo, do qual constarão obrigatoriamente:

I - o período de inscrição;

II - as datas e os locais da realização do processo seletivo; e

III - a descrição/lotação e quantidade de vagas.

§ 2º. No ato de inscrição, o candidato deverá apresentar Histórico Escolar Completo que comprove:

I - ter integralizado com aproveitamento, no mínimo, 1/3 dos créditos totais do curso em que se encontra;

II - ter coeficiente de rendimento mínimo de 7,0 (sete); e

III - comprovar disponibilidade de tempo para exercer a monitoria, apresentando em anexo a devida declaração.

Art. 10. A seleção dos candidatos será feita pelo(s) professor(es) nomeado(s) pela Coordenação de Curso, cabendo aos mesmos a definição dos critérios de avaliação.

Art. 11. A Coordenação de Curso encaminhará à DPEE/Prograd a ata de seleção dos alunos selecionados e o termo de compromisso de acordo com os quesitos pré-estabelecidos no §2º do Art. 9º deste documento.

Art. 12. O candidato classificado deverá assinar o Termo de Compromisso. A não assinatura do Termo de Compromisso implica em desistência tácita.

Art. 13. As vagas eventualmente não preenchidas serão ocupadas pelos classificados na ordem de seqüência, por curso.

Parágrafo único. Na hipótese do *caput* e na inexistência de outros candidatos aprovados, os professores deverão providenciar a realização de uma nova seleção.

Art. 14. Cada vez que houver alteração, ou seja, exclusão ou inclusão de aluno-monitor, a DPEE/Prograd deverá ser comunicada pelo professor orientador, por meio de documentação impressa.

Art. 15. Os alunos monitores deverão iniciar suas atividades somente após terem assinado os respectivos Termos de Compromisso.

Art. 16. O período de exercício da monitoria terá a duração de 1 (um) semestre

letivo, podendo ser prorrogado, por três vezes, por igual período, mediante solicitação do professor orientador ao Colegiado de Curso.

§1º. As eventuais alterações do Calendário Escolar acarretarão os devidos ajustes na reorganização deste período.

§2º. Em virtude de greves ou outros motivos de força maior, o período regular de monitoria poderá sofrer alterações quanto à quantidade de meses.

Art. 17. Ao aluno monitor será permitido o exercício da monitoria por, no máximo, 02 (dois) anos letivos, consecutivos ou não, numa mesma disciplina ou em disciplinas diferentes, tanto para monitores remunerados quanto para voluntários.

Art. 18. A monitoria não poderá ser exercida no período em que o aluno tiver registrado trancamento de matrícula, tendo em vista que o trancamento pressupõe a paralisação de todas as atividades acadêmicas.

Art. 19. Não será permitida a acumulação de bolsas concedidas pela Universidade ou por qualquer outra fonte.

Art. 20. O monitor deverá devolver à Fundação Universidade Federal do Tocantins em valores atualizados, a(s) bolsa(s) recebida(s) indevidamente, caso os requisitos e compromissos estabelecidos nesta resolução normativa não sejam cumpridos.

Art. 21. O desligamento das funções de monitor será deferido pela DPEE/Prograd diante das razões apresentadas pelo professor ou a pedido do próprio aluno monitor.

Parágrafo único. O monitor dispensado pelo não cumprimento das normas do programa de monitoria não poderá se inscrever em novo exame de seleção.

Art. 22. A expedição do certificado será autorizada pela DPEE/Prograd, obedecendo aos seguintes critérios:

- I - cumprimento de 20 (vinte) horas semanais de monitoria;
- II - apresentação do Relatório Final de Atividades;
- III - avaliação do Professor Orientador; e
- IV - apresentação das frequências mensais.

Parágrafo único. O certificado não será expedido se houver descumprimento por parte do monitor de alguma das condições presentes nesta resolução normativa.

Art. 23. O pagamento do aluno monitor estará condicionado ao envio de frequência mensal pelo professor orientador à DPEE/Prograd, por meio do sistema de monitoria, na intranet.

Parágrafo único. O candidato selecionado como aluno monitor remunerado PIMI deverá, necessariamente, ser titular de uma conta-corrente em uma instituição bancária credenciada e fornecer o número de agência e o número da conta em seu Termo de Compromisso, sob pena de ser-lhe impossibilitado o repasse do pagamento.

Art. 24. A DPEE/Prograd distribuirá bolsas de monitoria, respeitando as semelhanças/afinidades entre os cursos nos quais os alunos estão matriculados.

§1º. O cálculo do quantitativo de bolsas será efetuado dividindo-se o número de

alunos indígenas por cinco. No caso deste número não ser inteiro, o mesmo será arredondado para mais.

§2º. Quando o número de indígenas for inferior a 05 (cinco), a DPEE/Prograd poderá disponibilizar a vaga de monitor a partir da junção de cursos da mesma área, se for o caso.

§3º. O curso que tiver o maior número de indígenas ficará responsável pela seleção e a Coordenação deverá indicar 1 (um) professor que ficará responsável pelo acompanhamento das atividades de monitoria indígena.

§4º. Nos casos em que os cursos tenham a mesma quantidade de indígenas, as respectivas Coordenações deverão indicar o(s) professor(es) para realizar(em) o processo seletivo. O professor que ficará responsável pela monitoria deverá ser aquele do curso ao qual pertencer o monitor selecionado.

§5. A Coordenação de Curso que deferir a renovação do aluno monitor deverá considerar a vaga como preenchida e proceder a seleção das vagas remanescentes.

Art. 25. A DPEE/Prograd não efetuará pagamentos de bolsas de monitoria retroativas.

Art. 26. A monitoria não caracteriza vínculo empregatício, de acordo com o Decreto 85.862/81.

Art. 27. A DPEE/Prograd poderá baixar atos complementares a estas normas.

Art. 28. Os casos omissos serão resolvidos pela DPEE/Prograd.

Art. 29. Fica revogada a Resolução n.º 09/2012 do Consepe de demais disposições em contrário.

Palmas, 28 de agosto de 2013.